

EVAH TECNOLOGIA PARA SAÚDE LTDA
CNPJ/MF: 40.724.731/0001-02
NIRE: 52205094310

Alteração Contratual de Transformação de Sociedade empresária do tipo limitada em Sociedade Anônima, realizada em 10 de dezembro de 2024.

JOÃO FELIPE DE GODOY PANISI, brasileiro, casado sob regime parcial de bens, empresário, nascido em 15/03/1990, portador da CNH 045929039971 emitido pelo Detran/SP, (RG) 13433491 PC/MG e CPF nº 064.568.486-44, residente e domiciliado na Av. T3, nº 1521, Apto. 2902, Setor Bueno, Goiânia - GO, CEP: 74.210-245, filho de Evaleicion Castro Panisi e Fabia Nulima Mumind de Godoy.

AMH PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.477.498/0001-83, e registrada na JUCEG sob o NIRE 5220350139-2, com sede na Rua da Pátia, nº 74, Quadra 68, Lote 21, Casa 2, Sala 3, Setor Santa Geneovea, CEP 74670-300, Goiânia/GO, neste ato representada por seu sócio administrador **RODRIGO TEIXEIRA DE AQUINO**, brasileiro, casado sob o regime de separação universal de bens, médico, portador da cédula de identidade de nº 3667177, expedida pela DGP/GO, e inscrito no CPF sob o nº 860.427.851-68, residente e domiciliado na Alameda das Espadotas, Quadra 57, Lote 24, Residência Aldeia do Vale, CEP 74.680-160, filho de Paulo Antônio de Aquino e Maria Aparecida Teixeira de Aquino, natural de Goiânia-GO, nascido em 27/02/1979. Unos sócios componentes da **EVAH TECNOLOGIA PARA SAÚDE LTDA**, com sede na RUA 3, nº 1022, Andar 16º, Sala 1601, Setor Oeste, Cep.: 74115-050, Goiânia – GO, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE nº 52205094310, em 05/02/2021, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.724.731/0001-02.

RESOLVEM, de comum acordo, **ALTERAR** o seu contrato social e, ao mesmo tempo, **TRANSFORMAR** a Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada em Sociedade Anônima Fechado e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

- 1. DA CONVOCAÇÃO:** Considerando a presença da totalidade dos sócios para decidir sobre as matérias abaixo por meio da assinatura do presente instrumento, os sócios concordam em dispensar a exigência de convocação para realização de reunião ou assembleia de sócios relativa aos assuntos tratados pelo presente instrumento, de acordo com o artigo 1.072, §3º do Código Civil.
- 2. DA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE:** As partes decidem por unanimidade transformar a natureza jurídica da sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, não importando essa transformação, em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor todos os direitos e obrigações sociais, o mesmo patrimônio, a mesma escrituração comercial e fiscal e inalterado o objeto social, nos termos dos artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil e artigos 220 a 222 da Lei 6.404/76;
- 3. DA DENOMINAÇÃO:** Denominação social passará a ser **EVAH TECNOLOGIA PARA SAÚDE S.A.**;
- 4. DO ESTATUTO SOCIAL:** Tendo em vista a transformação da Sociedade, fica aprovado, por unanimidade, o Estatuto Social da Companhia, a seguir transcrito – **ANEXO I**;
- 5. DO CAPITAL SOCIAL:** O capital social no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, que, em virtude da transformação, as quotas sociais serão convertidas em ações ordinárias e preferências nominativas e sem valor nominal, na proporção de 1 quota para cada ação, conforme boletim de subscção - **ANEXO II** deste instrumento.

SÓCIOS/ACIONISTAS

| | QUOTAS POSSUÍDAS | AÇÕES CONVERTIDAS ORDINÁRIAS | PREFERENCIAIS | TOTAL |
|-----------------------------|------------------|------------------------------|----------------|------------------|
| AMH PARTICIPAÇÕES LTDA | 553,000 | - | 553,000 | 553,000 |
| JOÃO FELIPE DE GODOY PANISI | 150,000 | 150,000 | - | 150,000 |
| ACÇÕES EM TESOURARIA | 297,000 | 150,000 | 147,000 | 297,000 |
| TOTAIS | 1.000,000 | 300,000 | 700,000 | 1.000,000 |

6. DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL: Neste ato, procede-se o aumento do capital social da Companhia dos atuais R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), perfazendo, portanto, um aumento no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), mediante a emissão de 1.000 (mil) novas ações preferências nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por ação, fixado com base na perspectiva de rentabilidade da Companhia, conforme o disposto no artigo 170, §1º, inciso Y da Lei 6.404/76, critério aprovado pelos acionistas sem qualquer ressalva.

| SÓCIOS/ACIONISTAS | QUOTAS POSSUÍDAS | AÇÕES CONVERTIDAS ORDINÁRIAS | PREFERENCIAIS | TOTAL |
|-----------------------------|------------------|------------------------------|----------------|------------------|
| AMH PARTICIPAÇÕES LTDA | 554,000 | - | 554,000 | 554,000 |
| JOÃO FELIPE DE GODOY PANISI | 150,000 | 150,000 | - | 150,000 |
| ACÇÕES EM TESOURARIA | 297,000 | 150,000 | 147,000 | 297,000 |
| TOTAIS | 1.001,000 | 300,000 | 701,000 | 1.001,000 |

Em virtude do acima deliberado, o Artigo 5º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5. O capital social da Companhia é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, dividido em 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias e 701.000 (setecentos e um mil) ações preferências nominativas, sem valor nominal.**

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária confere a seu respectivo titular o direito a um voto nas assembleias gerais.

Parágrafo 2º - As ações são inscíveis em relação à Companhia."

7. DA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES: As 1.000 (mil) novas ações emitidas serão subscritas por meio da assinatura do Boletim de Subscrição substancialmente na forma anexa ao presente instrumento com o **ANEXO II** e integralizada pelo comitê AMH PARTICIPAÇÕES LTDA, já qualificado no preâmbulo, pelo preço de emissão em reais por ação de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante aporte em moeda corrente nacional. Os acionistas declaram, neste ato sua expressa anuência e concordância com a subscrição de ações ora realizada pelo acionista, cedendo a estes o direito de preferência que detêm na subscrição das Novas Ações.

8. DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA: Os acionistas decidem eleger o(s) seguinte(s) diretor(es) e conselheiro(s), em conformidade com o art. 143 da Lei 6.404/76.

PRESIDENTE E DIRETOR TÉCNICO: JOÃO FELIPE DE GODOY PANISI, brasileiro, casado sob regime parcial de bens, empresário, nascido em 15/03/1990, portador da CNH 045929039971 emitido pelo Detran/SP, (RG) 13433491 PC/MG e CPF nº 064.568.486-44 residente e domiciliado na Av. T3, nº 1521, Apto. 2902, Setor Bueno, Goiânia - GO, CEP: 74.210-245.

Fica(m) eleito(s) para um mandato de 03 (três) anos, com início em 10.12.2024 e término em 10.12.2027, permitida a reeleição, conforme Termos de Posse – **ANEXO III**.

9. DA REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA: Fica fixado a remuneração global anual da Diretoria em R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais).

10. DO DESEMPENHIMENTO: Os diretores ora eleitos declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade por Lei especial, ou em virtude de Condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falenar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, como previsto no § 1º do art. 47 da Lei 6.404/76; que atendam ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei 6.404/76; e que não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da sociedade, e não tem, nem representam interesses conflitantes com o da sociedade, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei 6.404/76. **Os diretores eleitos, desde já, são investidos em seus respectivos cargos.** Assim, juntos e acordados em cumprimento as formalidades correspondentes, transforma-se sociedade empresaria do tipo limitada **EVAH TECNOLOGIA PARA SAÚDE LTDA**, em sociedade anônima **EVAH TECNOLOGIA PARA SAÚDE S.A.**, a qual se regerá pelo ESTATUTO SOCIAL, a seguir transcrito, e pela legislação das sociedades anônimas de direito privado e capital fechado, com capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme Boletins de Subscrição que devidamente assinados por todos os sócios/acionistas, em anexo, formam parte integrante deste instrumento, com o adimplemento de todos os requisitos legais, cabendo à Diretoria da Sociedade proceder à atualização dos registros e anotações junto aos órgãos públicos competentes para que conste a transformação da sociedade limitada em sociedade anônima, com a informação da sua nova denominação, declarando que todas as deliberações foram tomadas por unanimidade.

Goiânia – GO, 10 de dezembro de 2024.

JOÃO FELIPE DE GODOY PANISI
Sócio Ordinário
AMH PARTICIPAÇÕES LTDA
Rodrigo Teixeira de Aquino
Sócio Preferencial
LUCAS ALVES DE SOUSA
Advogado – OAB/GO nº 45457
ESTATUTO SOCIAL DA EVAH TECNOLOGIA PARA SAÚDE S.A
CNPJ/MF nº 40.724.731/0001-02
NIRE 52205094310

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, OBJETO SOCIAL, SEDE E DURAÇÃO

ARTIGO 1. EVAH TECNOLOGIA PARA SAÚDE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida por este estatuto social e pela legislação vigente que lhe for aplicável.

ARTIGO 2. A Companhia tem por objeto: **O fornecimento e gestão de recursos, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador sob encomenda.**

Atividades exercidas: Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (CNAE: 62.01-5-01); Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis (CNAE: 62.03-1-00); Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet (CNAE: 63.11-9-00); Aluguel de máquinas e equipamentos para escrito nos (CNAE: 77.33-1-00); Atividades de teleatendimento (CNAE: 82.20-2-00); Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (CNAE: 86.30-5-03); Atividades de apoio a gesta o de saúde (CNAE: 86.80-7-00); Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros (CNAE: 78.30-2-00); Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio (CNAE 87.12-3-00); Serviços médicos ambulatoriais com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos (CNAE 86.30-5-99) e Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente (CNAE 86.40-2-99).

Artigo 3. A Companhia tem sede e foro na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na **Rua 3, nº 1022, andar 16º, Sala 1601, Setor Oeste, CEP: 74115-050, Goiânia – GO**, e poderá, por deliberação da diretoria ou conselho de administração, abrir filiais ou escritórios em qualquer localidade do território nacional ou do exterior.

Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5. O capital social da Companhia é de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, dividido em 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias e 701.000 (setecentos e um mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária confere a seu respectivo titular o direito a um voto nas assembleias gerais.

Parágrafo Segundo. As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Artigo 6. O capital social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 100.000.000 (cem milhões) de novas ações ordinárias ou preferenciais, nominativas e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação da diretoria ou conselho de administração, que será competente para fixar o preço de emissão, bem como as demais condições de emissão, inclusive o prazo de integralização.

Parágrafo Primeiro. A Companhia pode, dentro do limite aprovado por eventual assembleia geral para este fim, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades controladas, sem direito de preferência para os antigos acionistas.

Parágrafo Segundo. Fica excluído o direito de preferência na emissão de ações, debêntures convertíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7. Na subscrição de ações, os acionistas terão direito de preferência na proporção do número das ações já possuídas, desde que exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias. Havendo sobras, os demais acionistas, dentro do prazo estipulado em assembleia geral ou reunião do conselho de administração, conforme o caso, terão preferência para a subscrição das respectivas porções.

Artigo 8. A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, observadas em sua convocação, instalação e realização as disposições legais aplicáveis a este estatuto social.

Parágrafo Primeiro. As assembleias gerais serão convocadas com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência, em primeira convocação, ou 5 (cinco) dias, em segunda convocação.

Parágrafo Segundo. Além das demais hipóteses previstas em lei e neste estatuto social, a assembleia geral poderá ser convocada pelo presidente do conselho de administração ou por 2 (dois) conselheiros em conjunto.

Artigo 9. A assembleia geral será instalada e presidida pelo presidente do conselho de administração e, em sua falta ou impedimento, por qualquer outro membro do conselho de administração ou, na falta destes, por qualquer acionista escolhido pela maioria dos acionistas presentes. O presidente da assembleia geral escolherá um dos presentes para servir de secretário.

Artigo 10. Compete à assembleia geral, além das demais matérias previstas em lei:

- Alteração do objeto social, aumento do capital social acima do limite autorizado no caput do Artigo 6 ou redução do capital social, criação de reservas, modificação do dividendo obrigatório ou alteração da composição, competência e funcionamento do órgão de administração e de qualquer comitê da Companhia;
- Criação de ações preferenciais;
- Criação de qualquer nova classe de ações ou aumento de qualquer classe de ações, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies de ações;
- Alteração nos direitos, preferência, vantagens e condições de resgate ou amortização das ações;
- Qualquer alteração ao estatuto social;
- Resgate, amortização, recompra, cancelamento, permanência em tesouraria e posterior alienação de ações ou outros valores mobiliários;
- Eleição e restituição de membros do conselho de administração, nos termos deste estatuto, bem como mudanças ou fixação da remuneração dos administradores, dos membros do conselho fiscal, dos membros do comitê estratégico e dos membros de qualquer outro comitê, que será definida em bases globais, cabendo ao conselho de administração fixar, em reunião, a remuneração individual dos diretores e membros do comitê estratégico, de outros comitês da companhia e do conselho fiscal, se instalado;
- Distribuição ou retenção de lucros ou dividendos, mudanças nas políticas de dividendos, sem prejuízo da competência do conselho de administração prevista nas letras "g" e "h" do Artigo 16 deste estatuto social;
- Registro de companhia aberta, cancelamento de registro, adesão ou alteração de segmento especial ou nível de

- governança e fechamento de capital, e qualquer oferta pública de valores mobiliários;
- Emissão de debêntures ou de qualquer outro valor mobiliário conversível ou não em ações;
- Participação em grupo de sociedades;
- Transformação, fusão, cisão, incorporação por outra sociedade, incorporação de ações ou incorporação de outra sociedade ou qualquer outra reorganização societária;
- Autorização para confessar ou pedir falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial;
- Dissolução, liquidação ou extinção, ou cessação do estado de liquidação;
- Suspensão do exercício dos direitos de acionista; e
- Criação, alteração ou cancelamento de qualquer plano de opção de ações.

Parágrafo Quarto. Em caso de fusões, aquisições ou reestruturações societárias, antes da tomada da decisão, os membros do Conselho de Administração deverão avaliar no processo de *due diligence* as vulnerabilidades que acarretam os riscos à integridade da empresa de acordo com os parâmetros de compliance, que nos casos aplicáveis incluem a verificação nas esferas públicas nacionais e estrangeiras de aplicações de sanções disciplinares, reparação dos problemas legais, reporte e cooperação junto à estas instituições.

Artigo 11. As deliberações da assembleia geral serão aprovadas conforme previsto em lei e no presente estatuto.

Artigo 12. No caso da realização de oferta pública inicial de ações, a assembleia geral aprovará, concomitantemente, a adesão da Companhia a segmento especial de bolsa de valores que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governação corporativa.

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13. A administração da Companhia compete à Diretoria.

Artigo 14. A Diretoria, órgão de representação da Companhia, será composta de, no mínimo, 01 (um) e no máximo 05 (cinco) diretores, sendo 1 (um) diretor presidente e os demais diretores sem designação específica, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro. Os diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro próprio, dentro de 30 (trinta) dias que se seguirem à eleição.

Parágrafo Segundo. Os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo Terceiro. A eleição dos diretores observará as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Parágrafo Quarto. Os membros da Diretoria terão remuneração mensal, que será fixada anualmente pela Assembleia Geral, de modo global ou individualizado, observadas as prescrições legais.

Parágrafo Quinto. Em caso de vacância de algum cargo de Diretoria, caso os acionistas não optem pela vacância temporária, será convocada Assembleia Geral Extraordinária para prover o cargo, observadas as disposições deste Estatuto, e o substituto eleito exercerá o mandato pelo prazo que caberia ao substituído.

SEÇÃO II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 15. O conselho de administração, quando instalado, será composto de, no mínimo, 02 (dois) membros, sendo permitida a ampliação para 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no país ou não, com um mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, devendo cada um dos membros permanecer no cargo até que seu sucessor seja eleito e empossado no respectivo cargo, exceto nos casos de vacância.

Parágrafo Primeiro. Os acionistas, poderão indicar membros para o conselho de administração na proporção de ações detidas, de acordo com o resultado da multiplicação de sua participação no capital social pelo número de membros elegíveis.

Parágrafo Segundo. Os acionistas poderão somar parte ou a integralidade de sua participação no capital social para, em conjunto, indicar membros do conselho de administração.

Parágrafo Terceiro. Qualquer acionista ou conjunto de acionistas poderá destituir, a qualquer tempo e sem justificativa, o(s) membro(s) do conselho de administração que houver indicado.

Parágrafo Quarto. No caso de vacância do cargo de um determinado membro do conselho de administração, por qualquer motivo, inclusive em decorrência de destituição, renúncia ou impedimento, o seu substituto será indicado pelo acionista ou conjunto de acionistas que indicou o respectivo membro ausente, imediatamente, mas em todo caso no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da verificação ou ciência da vacância.

Parágrafo Quinto. Os acionistas se obrigam a reunir-se em assembleia geral e votar com as ações, de modo a aprovar a nomeação dos membros do conselho de administração indicados nos termos desse artigo e seus parágrafos.

Parágrafo Sexto. Os membros do conselho de administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro próprio, dentro dos 20 (trinta) dias que se seguem à eleição.

Parágrafo Sétimo. Os membros do conselho de administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo Oitavo. Dentre os membros do conselho de administração, um será designado pela assembleia geral para ocupar o cargo de presidente. Caberá ao presidente do conselho de administração o voto de desempate ou de minerva.

Artigo 16. O conselho de administração reunir-se-á mensalmente ou sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro. As reuniões do conselho de administração serão convocadas pelo seu presidente ou por 2 (dois) conselheiros, por e-mail ou por fax, enviados aos números de fax e endereços eletrônicos informados por escrito por cada um dos membros do conselho de administração à Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de cada reunião, indicando a pauta, data, local e horário da reunião.

Parágrafo Segundo. Em caráter de urgência, as reuniões do conselho de administração poderão ser convocadas pelo presidente do conselho de administração sem a observância do prazo previsto no caput deste Artigo 15, desde que sejam inequivocamente identificados todos os demais membros do conselho de administração.

Parágrafo Terceiro. Independentemente do cumprimento das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular também a reunião a que comparecerem todos os membros do conselho de administração, por si ou na forma dos §§ 5º, 6º e 8º abaixo.

Parágrafo Quarto. As reuniões do conselho de administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros observados o disposto nos §§ 5º, 6º e 8º abaixo.

Parágrafo Quinto. Em suas ausências ou impedimentos temporários, os conselheiros poderão se fazer representar na reunião por outro membro do conselho de administração, designado por meio de autorização específica e da qual conste instrução de voto do conselheiro ausente ou impedido, valendo tal representação para fins de verificação de quórum de instalação e deliberação.

Parágrafo Sexto. Os conselheiros poderão enviar antecipadamente o seu voto, que valerá para fins de verificação de quórum de instalação e deliberação, desde que enviado à Companhia, em atenção ao presidente da respectiva reunião do conselho de administração, por escrito, até o início da reunião.

Parágrafo Sétimo. As reuniões do conselho de administração serão realizadas, preferencialmente na sede da Companhia de forma presencial ou online.

Parágrafo Oitavo. Os membros do conselho de administração poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, devendo os conselheiros que participarem remotamente da reunião confirmar o seu voto, na data da reunião, por meio de carta, fax ou e-mail digitalmente certificado, enviado para a Companhia, em atenção ao presidente da respectiva reunião do conselho de administração.

Parágrafo Nono. As reuniões do conselho de administração serão presididas pelo presidente do conselho de administração e, na sua ausência, por conselheiro escolhido por maioria de votos dos demais membros do conselho de administração presentes à reunião, cabendo ao presidente indicar o secretário.

Parágrafo Décimo. O conselho de administração poderá convidar outros participantes para as suas reuniões, com a finalidade de prestarem esclarecimentos, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Parágrafo Décimo Primeiro. Ao término de toda a reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os membros do conselho de administração fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas do conselho de administração, devendo os votos proferidos por conselheiros que tenham se manifestado na forma dos §§ 5º, 6º e 8º acima constar da ata e cópia da referida carta, fax ou e-mail contendo seu voto, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 17. O conselho de administração será competente para deliberar sobre as matérias a seguir previstas, sem prejuízo de qualquer outra matéria que a lei atribua à sua competência:

- estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias;
- convocar a assembleia geral, observado o disposto neste estatuto social;
- eleger e destituir os diretores e os membros de qualquer comitê da Companhia e de suas inclusive os membros do comitê estratégico, e definir suas atribuições específicas, observando o disposto neste estatuto social e no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia;
- fixar a remuneração dos diretores e dos membros de qualquer comitê da Companhia, observada as bases globais aprovadas pela assembleia geral;
- fiscalizar a gestão dos diretores e dos membros do comitê estratégico, examinando, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos, acordos e quaisquer outros instrumentos celebrados ou em vias de celebração;
- manifestar-se sobre as demonstrações financeiras, o relatório da administração e as contas da diretoria, bem como sobre propostas para a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos;
- declarar dividendos intercalares e intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, ou em outro balanço intermediário;
- aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- aprovar qualquer plano de negócios da Companhia e suas revisões ou alterações;
- aprovar qualquer orçamento da Companhia e suas revisões ou alterações;
- aprovar qualquer investimento ou despesa (I) não prevista no orçamento anual, cujo o valor, individual ou agregado, exceda a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou (II) cujo valor, individual ou agregado, exceda em 10% (dez por cento) o valor originalmente aprovado no orçamento anual;
- aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato ou assunção de qualquer obrigação cujo o valor, individual ou agregado, exceda a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ressalvado o disposto na alínea (n) abaixo;
- aprovar a aquisição, alienação, locação, arrendamento, cessão, transferência ou constituição de quaisquer ônus sobre qualquer bem móvel ou imóvel, ativo ou direito da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado;
- aprovar a celebração de contratos financeiros e outros instrumentos de dívida, incluindo a emissão de notas promissórias (comercial papers) ou outros títulos de dívida, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior, bem como a celebração, alteração ou rescisão de contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, financiamento, arrendamento mercantil, leasing, leasing back (com ou sem alienação fiduciária de bens, comprar, vender, desconto de recebíveis ou créditos, adiantamentos ou outras formas de concessão de crédito ou qualquer outro tipo de operação financeira ou série de operações financeiras relacionadas (incluindo hedge, swap, FINIMP etc.), (I) cujo valor exceda a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), (II) cujos encargos financeiros não se enquadraram na política comercial, financeira e de endividamento aprovada pelo conselho de administração, ou (III) resulte em um dos seguintes indicadores, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, baseados na Lei nº 6.404/76 e nas regras e regulamentações da CVM, conforme aplicáveis, e em observância dos critérios contábeis do IFRS (International Financial Reporting Standards): (A) dívida líquida / EBITDA acima de 2,5x, (B) EBITDA / despesas financeiras abaixo de 2,0x, ou (C) dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido) acima de 70% (setenta por cento);
- aprovar a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, de qualquer natureza, com partes relacionadas, cujo valor exceda o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- aprova a concessão de qualquer garantia, real ou fiduciária, incluindo avais, salvo a constituição de alienação fiduciária de veículos no curso normal do negócio da Companhia e para fins e garantia a contratos de financiamento da Companhia;
- aprovar aquisição, subscção, oeração ou alienação de qualquer participação em qualquer outra sociedade ou consórcio, inclusive por meio da criação de qualquer afiliada, bem como a celebração, aditamento ou rescisão de acordo de acionistas, acordos de sócios ou acordos semelhantes em que qualquer sociedade na qual a Companhia detiver participação;
- assumir obrigações em benefício de terceiros, exonerar terceiros do cumprimento de obrigações, prática de atos gratuitos ou de favor e renúncia de direitos, salvo renúncias no curso normal dos negócios da Companhia e de acordo com a política comercial e financeira aprovada pelo conselho de administração;
- aprovar qualquer operação e a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio fora do curso normal das atividades da Companhia e de suas subsidiárias;
- aprovar a proposição de qualquer ação judicial ou medida administrativa envolvendo valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou que possa ter efeito adverso significativo para as atividades da companhia e de suas subsidiárias;
- celebra qualquer acordo ou transação para evitar ou encerrar qualquer litígio envolvendo valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- aprovar a criação, alteração ou cancelamento de qualquer política de compensação ou planos de benefício dos empregados ou administradores, incluindo benefícios indiretos, bônus, distribuição de lucros e programas de incentivo à remuneração, que não contemplados no orçamento anual;
- dar cumprimento a qualquer plano de opção de ações aprovado pela assembleia geral, aprova, altera ou extingue plano de participação nos lucros ou instrumento similar atribuível aos diretores da Companhia, conforme determinado pela assembleia geral, observando o disposto neste estatuto social;
- aprovar qualquer alteração às práticas e políticas contábeis, exceto conforme exigido por;
- aprovar as políticas comercial, financeira e de endividamento, incluindo requisitos, termos e condições mínimos e limites para a contratação de operações comerciais e financeiras (incluindo, no caso da avaliação de locação de veículos, preços, prazos, condições e retorno sobre capital esperado);
- aprovar as normas de procedimento ou regimentos internos relativos a reorganizações substanciais na estrutura e funcionamento da Companhia;
- analisar e discutir os relatórios periódicos, de modo a acompanhar ou verificar o cumprimento das metas e objetivos fixados;
- aprovar a abertura ou encerramento de filiais, agência ou escritórios que não estejam previstos no orçamento anual;
- c) suspensão das atividades de qualquer linha ou divisão de negócios da Companhia ou de qualquer subsidiária que não esteja prevista no plano de negócios e no orçamento anual;
- definir todo e qualquer voto da Companhia, de suas subsidiárias e seus respectivos representantes nas assembleias gerais, reuniões ou assembleias de sócios ou qualquer órgão da administração ou comitês de suas subsidiárias;
- escolha das instituições financeiras ou empresas de assessoria responsáveis pela coordenação de operações societárias ou de mercado de capitais incluindo oferta pública inicial de ações da Companhia e emissão ou reestruturação de dívida da Companhia;
- escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia dentro do limite autorizado, incluindo fixar o preço de

emissão e as condições de integralização; e

h) deliberar sobre qualquer outra matéria submetida à apreciação do conselho de administração pela diretoria.

Artigo 18. As deliberações das reuniões do conselho de administração serão aprovadas pelo voto afirmativo da maioria de seus membros.

Artigo 19. As deliberações do conselho de administração observarão o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

SEÇÃO II – DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 20. A diretoria, órgão de representação da Companhia, será composta de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) diretor presidente e os demais diretores sem designação específica, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos pelo conselho de administração para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Os diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, dentro de 30 (trinta) dias que se seguirem à eleição.

Parágrafo 2º. Os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo 3º. A eleição dos diretores observará as disposições deste estatuto.

Parágrafo 4º. No caso de renúncia ou vacância de qualquer cargo de diretor, será convocada reunião do conselho de administração, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da renúncia ou vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato.

Artigo 21. A diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões da diretoria serão convocadas por qualquer diretor, por e-mail ou fax, enviados aos números de fax e endereços eletrônicos informados por escrito por cada um dos diretores à Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de cada reunião, indicando a pauta, data, local e horário da reunião.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 14 Novembro 2025, 14:41:32

Documento: EVAH TECNOLOGIA PARA SAÚDE - DIGITAL 8X38.Pdf

Número: 2bb425af-aea9-410c-ae8e-2a7228e971de

Data da criação: 14 Novembro 2025, 14:41:19

Hash do documento original (SHA256):

1e32a9f6b39952b21b98a3b532d32d657e489d69d925d3b90e5d69823f59a0ae



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 2bb425af-aea9-410c-ae8e-2a7228e971de, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 2bb425af-aea9-410c-ae8e-2a7228e971de. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 14 Novembro 2025, 14:41:32

Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 2bb425af-aea9-410c-ae8e-2a7228e971de, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 2bb425af-aea9-410c-ae8e-2a7228e971de. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.